



@istockphoto.com

“DO YOU SPEAK ENGLISH?”

Especialistas em Língua Inglesa, professores e gestores abordam as dificuldades e os desafios do ensino de inglês na escola regular

O mundo é globalizado. As fronteiras, cada dia menores. E falar uma ou mais de uma língua estrangeira se tornou essencial. Nas escolas particulares, o inglês já é oferecido até para bebês. Mas e a qualidade dessas aulas? Elas oferecem aquilo que os alunos e os pais desejam?

Na grande maioria das instituições privadas de ensino, os alunos frequentam um curso de inglês paralelo às aulas da escola. Essa realidade gera um círculo vicioso: educandos que frequentam um curso de idiomas tendem a se tornar mais desinteressados com as aulas de inglês da escola e o desinteresse atrapalha o aprendizado.

No Colégio Global, em São Paulo (SP), a solução, de acordo com a diretora Eliana Santos, foi oferecer um sistema chamado misto, onde os alunos que frequentam uma escola de idiomas são dispensados das aulas de inglês e comparecem apenas nas avaliações. E para quem opta por fazer o curso na escola, as aulas curriculares são oferecidas no horário oposto às aulas. “Isso permite a ampliação da carga horária do ensino fundamental e do médio”, afirma a diretora. A es-

cola está sempre buscando o melhor caminho em relação às aulas de inglês. Já chegou a terceirizar a área, mas hoje a coordenação assumiu a disciplina e além das aulas curriculares ainda oferece o ensino bilíngue de forma opcional na educação infantil e no ensino fundamental.

A terceirização tem sido uma das opções para oferecer mais qualidade no ensino do idioma. Renata Berndt é coordenadora pedagógica da Learning Fun, em Brasília (DF), escola de idiomas para crianças que trabalha em parceria com colégios. Ela afirma que dentro das escolas em que trabalha, na forma de terceirização principalmente, a instituição busca agregar o ensino da língua inglesa com os projetos das escolas, pois dessa forma a criança vivencia os conteúdos em português e também em inglês, o que traz mais significado para os alunos. “Acreditamos que quanto mais a criança for exposta à língua inglesa, mais rápido ela aprenderá”, afirma.

Para o professor José Carlos Almeida Filho, docente da área de Aquisição e Ensino de Línguas da Universidade de Brasília (UnB), o ensino de línguas nas escolas regulares

está em crise. Ele faz ressalvas à terceirização das aulas, pois acredita que a escola deveria assumir esta responsabilidade e não delegar para as instituições que têm o ensino do inglês como atividade fim. Ele acredita que o que falta é uma comissão dentro do Ministério da Educação (MEC), de alto nível e de alto poder, para orientar uma política que venha do próprio ministério ou das Secretarias de Educação dos Estados. “A língua não é disciplina de olhar para si mesma. Língua é para viver, se relacionar, conhecer o mundo e as pessoas, se apresentar, fazer coisas acontecerem em projetos, e assim por diante”, afirma.

Essa ideia de que a língua estrangeira não pode estar dissociada do projeto pedagógico da escola é compartilhada pela professora Celina Fernandes, mestre em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), assessora educacional e coordenadora pedagógica da Escola Bialik, em São Paulo. “O processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras pode contribuir de maneira significativa se estiver engajado num projeto mais amplo de formação, ou seja, se não for reduzido à aprendizagem de um código linguístico”, afirma a educadora, acrescentando que “saber se expressar e se comunicar em uma língua estrangeira requer sensibilidade para compartilhar outros mundos, outros valores, outros estilos de vida e estar disponível a ir ao encontro de si mesmo, por meio dessa relação com o estrangeiro”.

Trabalhar com as diferenças também é um desafio, tanto as diferenças de aprendizado de cada aluno, quanto do interesse, já que para alguns, a disciplina pode não ter a importância primordial da Língua Portuguesa ou da Matemática, por exemplo. Para Ton Pires, coordenador de Língua Inglesa do Centro Educacional Sigma, em Brasília, o importante é perceber a necessidade de cada aluno, aprimorar a preparação das aulas, a didática desenvolvida em sala e a atenção àqueles que apresentam dificuldades. “Temos dois plantões semanais para o atendimento a esses alunos”, conta.

Ele comenta que algumas escolas tratam a língua inglesa como uma matéria sem importância, aquela disciplina que de forma obrigatória tem que estar na grade horária. “Se todas as escolas criassem mecanismos de motivação, de seriedade com a língua, de cumprimento dos tópicos, de avaliações sérias, de valorização do profissional, envolvimento numa interação mais próxima aluno-professor, com certeza, a língua inglesa seria mais apreciada e prazerosa para os alunos”, afirma.

DIRETRIZES

Afinal, qual o objetivo das aulas de inglês na escola regular? Está nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, os PCN’s: “os temas centrais desta proposta são a cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aprendizagem de língua estrangeira. Esses temas se articulam com os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, notadamente, na possibilidade de se usar a aprendizagem de línguas como espaço para se compreender, na escola, as várias maneiras de se viver a experiência humana. E primordialmente objetiva-se restaurar o papel da língua estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (Ciemen) e pelo PEN-Club Internacional. Sendo assim, a escola não pode mais se omitir em relação a essa aprendizagem.”

Entretanto, será que esse direito vem sendo exercido? Para Celina, as diretrizes dos PCN’s são documentos que deveriam orientar a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas de modo geral, mas acabam orientando mais as escolas públicas, no caso da língua inglesa. Isso porque defendem a ênfase na leitura a partir da qual os conhecimentos lingüís-

ticos vão sendo construídos. Segundo a mestre em Sociologia da Educação, para as escolas públicas, esse enfoque é bom, em virtude do número de aluno por classe, do número de aulas por semana e do conhecimento que o professor tem da língua. Mas, de acordo com a educadora, para as escolas particulares, sobretudo as chamadas “escolas de excelência”, essas orientações deveriam ser ampliadas para oferecer um trabalho a partir do qual os alunos desenvolvam outras habilidades: compreensão e produção oral e escrita. “As orientações são gerais, diretrizes mesmo, mas cada secretaria estadual ou municipal acaba ten-

do documentos específicos. Esses documentos devem seguir as diretrizes nacionais”, completa.

CARGA HORÁRIA

Outro ponto abordado é a frequência das aulas. Normalmente, elas são dadas uma ou duas vezes por semana, em salas que chegam a ter 30 ou mais alunos em diferentes fases de aprendizado e níveis de interesse pela disciplina, o que, para a maioria dos especialistas e professores consultados nesta reportagem, dificulta o desenvolvimento de um aprendizado que priorize a fundo as atividades de leitura, escrita e conversação. Esse pode

HISTÓRICO PASSO A PASSO

O livro *Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*, de Cristina Stevens e Maria Jandira Cunha (Editora Universidade de Brasília), apresenta detalhes sobre a legislação e o ensino de línguas estrangeiras no Brasil. As informações a seguir fazem parte do capítulo “A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e formação de professor de língua inglesa”, escrito por Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva.

- No Brasil, o ensino oficial de línguas estrangeiras aconteceu em 1837, com a criação do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Francês, inglês, alemão, italiano, latim e grego eram as línguas que se apresentavam como obrigatórias ou facultativas.
- Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) retira a obrigatoriedade do ensino de língua estrangeira no ensino básico e deixa a cargo dos Estados a opção pela sua inclusão nos currículos. É justamente nessa época que cresce a opção pelo inglês na maioria das escolas. Mas com a intensificação do senso comum de que não se aprende línguas estrangeiras nas escolas, crescem os cursos particulares de inglês.
- No final de novembro de 1996, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab) promove o primeiro Encontro Nacional de Política de Ensino de Línguas (I ENPLE) e, ao final do evento, é divulgada a Carta de Florianópolis, que propõe um plano emergencial para o ensino de línguas no País. A primeira afirmação do documento enfatiza que todo brasileiro tem direito à plena cidadania, a qual, no mundo globalizado e poliglota de hoje, inclui a aprendizagem de línguas estrangeiras, e propõe, entre outros itens, que seja elaborado um plano emergencial de ação para garantir ao aluno o acesso ao estudo de línguas estrangeiras, proporcionado por meio de um ensino eficiente. O documento defende, explicitamente, que a aprendizagem de línguas não visa apenas a objetivos instrumentais, mas faz parte da formação integral do aluno.
- Um mês depois, em dezembro de 1996, enquanto o documento estava sendo divulgado e enviado a diversas autoridades educacionais do País, é promulgada a nova LDB, que torna o ensino de língua estrangeira obrigatório a partir da 5ª série do ensino fundamental. O Art. 26, § 5º dispõe que na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5ª série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

ser mais um fator que faz com que o aprendizado fique comprometido.

A jornalista Tatiana Diniz, que mora há dois anos fora do Brasil com o filho João, em Caerleon, no País de Gales, concorda que a pequena carga horária pode ser um dos motivos das escolas não alcançarem o objetivo, que, segundo ela, deveria ser ensinar os alunos a falar, escrever e a entender o inglês. Ela acrescenta que o formato de ensino também não ajuda: “As informações chegam descontextualizadas e em doses aleatórias de vocabulário, verbos e regras gramaticais, tudo de uma forma meio ‘morta’, instrumental apenas, o que pode ser extremamente monótono para uma criança ou um adolescente.” João saiu do Brasil com 5 anos e foi alfabetizado em inglês; a mãe sempre estudou inglês, dentro e fora da escola.

A opinião é compartilhada pela coordenadora da Learning Fun. Para ela, antigamente, o inglês curricular era baseado em métodos bem tradicionais, com livros didáticos prontos, onde a criança aprendia por meio de muita repetição e cópia e faltava muito a parte lúdica. “As crianças hoje em dia precisam entender o porquê devem aprender uma segunda língua. A língua inglesa deve ser exposta contextualizada, por meio de temas que os motivem e os mantenham atentos. A criança, quando entende que o inglês será importante e útil dentro do seu mundo, sente-se feliz aprendendo,

e o aprendizado ocorre de forma natural e permanente”, analisa. Renata completa que as escolas de hoje já têm mais esta preocupação e os pais estão cada vez mais críticos quanto a isso.

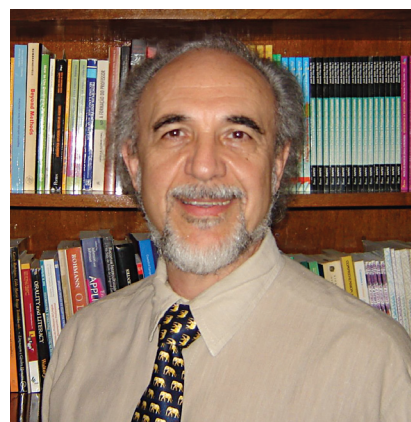
A estudante Letícia Longo Buena de 17 anos, de São Paulo (SP), afirma que, pela sua experiência, as aulas – baseadas em vocabulários básicos, que se usa no dia a dia (como os nomes de animais, coisas da casa e objetos simples) – desestimulam os alunos. Fluente em inglês, ela conta que adquiriu o conhecimento na língua de forma autodidata, com filmes, internet, conversando e também em escolas de idiomas. Ela garante que o inglês da escola regular não a ajudou nesse aprendizado. “É tudo muito básico: os verbos usados, a formação de frase e o aprendizado dos pronomes. Ninguém sobreviveria um dia em um país de língua inglesa com isso”, opina.

Para Celina, a qualidade das aulas também está relacionada à formação dos docentes e, no caso de um professor de Língua Inglesa é fundamental que ele tenha um bom domínio da língua, mas isso não é suficiente. “É preciso saber ensinar e isso não se reduz ao conhecimento e uso de uma gama de estratégias didáticas. O professor precisa estudar, ler, ir ao cinema, viajar, ter uma vida intelectual e de convivência rica.” Ela ainda completa que ter esta variedade no aprendizado é importantíssimo para a formação dos educadores. **G**



Fotos: Divulgação

Renata Berndt, coordenadora pedagógica da Learning Fun: “A língua inglesa deve ser exposta contextualizada, por meio de temas que motivem os alunos”



Na opinião de José Carlos Almeida Filho, da área de Aquisição e Ensino de Línguas da Universidade de Brasília (UnB), o ensino de línguas nas escolas regulares está em crise



Para Ton Pires, do Centro Educacional Sigma, as escolas precisam trabalhar para que a língua inglesa seja mais apreciada pelos alunos

ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA	
Problemas potenciais	Consequências
Alunos que resistem a aprender.	Indiferença, dispersão.
Baixas expectativas.	Desmotivação, fracasso.
Objetivos irreais, distorcidos, difusos, não explicitados.	Frustração.
Objetivos apenas voltados ao aprendizado gramatical.	Ansiedade, indisciplina.
Limitações fisiológicas: cansaço, fome, estresse do ambiente.	Falta de atenção, de concentração.
Limitações organizatórias: último horário na grade, um só horário por semana, a disciplina que cede o horário para reuniões extraordinárias na escola.	Baixo aproveitamento, esquecimento rápido.

Fonte: José Carlos Almeida Filho, professor da área de Aquisição e Ensino de Línguas da Universidade de Brasília (UnB)